

# Etnohistória, Economia e outras ciências humanas: o repertório simbólico que marca os sistemas gráficos étnicos no campo da visualidade aplicados na cestaria indígena.

## *Ethnohistory, economics and other human sciences:*

### *the symbolic repertoire that marks ethnic graphic systems in the visual arts applied to indigenous basketry*

Tadeu dos Santos<sup>a, ©</sup>

<sup>a</sup>Doutorando em História da Universidade Estadual de Maringá-UEM  
©Contacto: pg54576@uem.br

#### Resumo

O presente artigo tem como objeto de análise as relações de saber, relacionadas às práticas cesteiras dos Kaingang no Paraná a partir do final do século XVII até a atualidade. O objetivo desse estudo é investigar os significados das marcas aplicadas nos trançados Kaingang, carregados de princípios, conhecimentos, história e valores. Por meio da Etnohistória, buscamos fontes escritas, como os documentos e relatos de Curt Nimuendaju (1883-1945), que trouxeram contribuições importantes em suas interpretações. Os escritos de Telêmaco Borba (1840-1918) de 1904 também revelam uma vasta experiência na convivência com os Kaingang. A observação das significações dos trançados permitiu desvelar o cotidiano do povo Kaingang, a medida que se aproximavam as frentes colonizadoras de suas áreas. Conforme outros períodos são abordados, surgem novos fatores no processo intercultural, com as manifestações de interesse econômico que levando ao silenciamento histórico desse povo. Ao analisar-se a conjuntura e os aspectos étnicos da visualidade do repertório, no qual surgiram variados trançados pautados de sinais diacríticos específicos da cestaria, nota-se também a transformação em recursos táticos de resistência. Segundo Henry H. Manizer, as práticas cesteiras são muito antigas e cada povo possui seu manejo e significados próprios. Como resultado, apresentamos a seleção de grafismos com significados na cosmologia das complementariedades Kaingang e a identificação de suas propriedades simbólicas. Bruce Graham Trigger (1982) demonstra que os indígenas têm sido agentes de sua própria etno-história e a reflexão que envolve sua territorialidade está relacionada com a cosmologia tradicional Kaingang. Nesse sentido, a etnohistória é uma ferramenta que almeja, acima de tudo, contribuir para o registro e o resgate de uma arte ameaçada de descaracterização e extinção pela cultura do esquecimento. Tal cultura é imposta pela violência simbólica, para a qual precisamos urgentemente um antídoto, buscando sempre estimular pesquisas etnohistóricas e o estudo dos aspectos econômicos sobre a cultura material, dando-lhes um tratamento mais compreensivo e integrado nas ciências humanas como um todo.

#### Palavras-chave

Manejos | Cestaria | Identidade | Kaingang | Etnohistória | Economia

#### Códigos JEL

R10 | N96 | N00

## Abstract

The following article will analyze the relations of knowledge regarding the Kaingang's basketry in Paraná from the end of the 20th century until today. It will investigate the meaning behind the impressions applied to the Kaingang baskets, filled with principles, knowledge, history, and values. Through Ethnohistory, we sought written sources, such as the documents and reports from Curt Nimuendaju (1883-1945), which highly contributed to the field. Telemãco Borba's writings (1840-1918) from 1904 also revealed a vast experience of living with the Kaingang. Observing the significance behind basketry allowed us to find out about the tribe's day-to-day life as the colonizing fronts approached their areas. As we approach other moments in history, new factors come into play in the intercultural process. Among those, we highlight tensions caused by economic interest, which historically silenced the Kaingang. While analyzing the ethnic aspects of the repertoire's visuality, with multiple braids marked by specific diacritic from basketry, we may also notice the tactical resistance resources' transformation. According to Henry H. Manizer, basket weaving traditions are ancient, and each group of people has its handle and meanings. Consequently, we present a selection of graphics based on the cosmology and symbolic properties of the Kaingang and their identification. Bruce Graham Trigger (1982) shows that indigenous people have acted as their agents to writing their own ethnohistory. Reflections on their territoriality are connected to Kaingang's traditional cosmology. Thus, ethnohistory is a tool that aims, above all, to contribute to the recording and recovering of basketry. Today, it is classified as an endangered art, threatened by de-characterization and by the culture of oblivion. Symbolical violence is responsible for imposing such a culture, for which we must pressingly find an antidote. We must stimulate ethnohistorical research while also encouraging the study of economic aspects and how they affect material culture, always looking for a comprehensive and interdisciplinary approach throughout all the fields in human sciences.

### Keywords

Handle | Basketry | Identity | Kaingang | Ethnohistory | Economics

### JEL Codes

R10 | N96 | N00

Artigo recebido em 25/01/2021. Aprovado em 12/02/2021.

**A** cestaria indígena é feita através dos objetos, que compõem uma variedade de marcas. Essas marcas são traduções de sentidos na sua produção e materialidade estabelecida na reciprocidade. A função dos objetos é serem convertidos em moeda de troca, em um ciclo de inserção que transforma a cultura material no sustento indígena.

O estudo<sup>1</sup> realizado em 1904 por James Manson Adovasio no campo da arqueologia traz um guia que possibilita analisar o trançado indígena, ponto chave dessa investigação, sob o aspecto da tecnologia que compreende as cestarias, uma das mais antigas práticas que a humanidade. Além de serem uma atividade manual, as práticas cesteiras apresentam significados, como apresentado por Otis Tufts Manson. Manson contribuiu nos estudos desses processos, descrevendo minuciosamente os procedimentos técnicos, inserindo suas traduções das interpretações sobre a visualidade nos cestos e seu respectivo significado implícito e simbólico. Apesar da progressiva destruição dos espaços onde localizam-se as matérias-primas vegetais, base para a arte cesteira, a cestaria ainda ocupa lugar proeminente na cultura de povos indígenas, que amplificam sua tecnologia por meio da cultura cesteira, observada nas comunidades mais remotas que utilizam essa prática. Através dessa amplificação, surgiram diversas conexões marítimas, criando as rotas comerciais que perduram na atualidade.

O método aqui aplicado é a interlocução entre a pesquisa-ação e a etnografia, tendo em mente a hipótese de que a produção da cestaria Kaingang tem por finalidade marcar os territórios identitários das populações indígenas por meio do trançado, seja no aspecto material e imaterial, marcando também a cultura das sociedades envolvidas. A etnografia permite verificar o processo histórico cultural, o que possibilita a identificação das relações etnográficas das culturas com a diversidade, especialmente no que diz respeito ao contato interétnico no contexto urbano.

Com base na historiografia e etnografia, problematiza-se sobre eixos estabelecidos na questão, como o teor e as significações da trajetória histórica da transformação observada na cestaria Kaingang, seja através dos padrões clânicos das metades *Kamé* e *Kairu*, do uso e função social da produção material ou da incorporação de materiais industriais na produção. Esse uso de tingimentos artificiais não só promove a poluição como também afeta a saúde devido ao seu manuseio insalubre. Dessa forma, a retomada das práticas tradicionais para extração de pigmentos pode ser uma resposta diante dos atalhos que a indústria oferece. Embora tais

<sup>1</sup> Monografia publicada por Source-Books in Anthropology (Kroeber e Waterman, Eds., 1931)

atalhos trazem agilidade e comodidade, quase sempre comprometem a sustentabilidade.

O uso de materiais sintéticos nas cestarias e a sua relação com a indústria é um exemplo verificado no contato interétnica. Apesar de serem uma alternativa à escassez de matérias-primas, os produtos artificiais não são preferíveis nos trançados, visto que a identidade da produção material exposta pelos Kaingang nos espaços urbanos é explicitamente pautada nos objetos confeccionados em tramas vegetais. Silva (2001) denomina *wogfy* (trançados aplicados - *kre* – cestos – ou *tugfy* – trançados aplicados a objetos).

O que chama atenção para a produção material dos Kaingang é a complexidade dos sinais que fazem parte do universo do sistema de representações visuais das formas tradicionais da cultura cesteira, originado de um tradicional e específico sistema cultural Kaingang.

Tadeu dos Santos (2018), em seu estudo “Arte, identidade e transformações na cestaria Kaingang da terra indígena Ivaí, no contexto de fricção interétnica”, exemplifica o sistema de produção, desde a coleta até a secagem, retirada das talas, tingimentos e trançados. Essa relação entre a matéria extraída e seu processo de transformação é desencadeada pelas operações simbólicas, que se estendem nas funções, formas e aplicações das marcas, revelando seu repertório de grafismo combinado nas cestarias. Entre criar e expressar a cultura, nessa relação laboral, o trabalho indígena não mensura valores sobre o objeto confeccionado; na verdade, essa relação se dá por percepções abstratas que constituem estimativas de valores sobre o cesto que é posto no sistema de mercado.

Para os Kaingang da terra indígena Ivaí, próximo do município de Manoel Ribas, no Estado do Paraná, essa relação entre cadeia produtiva, matéria prima, mão de obra é uma construção que deriva de traduções de abstrações sobre preço e valor de mercadoria. Nessa compreensão sobre o custo de produção na perspectiva cartesiana, o que prevalece são as relações de trocas, onde sua produção é convertida em recursos para sua sobrevivência.

Para os indígenas, a percepção e manutenção desses saberes é o que constitui sua etnociência. A ideia de produzir o que necessita, o processo de acumulação, o ideário financeiro e o lucro são perspectivas de fronteiras que definem as diferenciações entre sociedades.

Entre as interpretações atuais de produtores de etnohistória indígenas e não-indígenas (TRIGGER, 1982 p.30), destaca-se uma composição de traduções que repercutem na história da produção dos trançados indígenas do povo Kaingang no Paraná, do período do século XVIII ao contexto presente.

O artigo investiga como a etnohistória é refletida nos processos de produção de cestaria Kaingang, enquanto dialoga com o modo operante do sistema de trocas interétnicas, debruçando-se sobre as fronteiras interdisciplinares das áreas econômicas, etnohistóricas e socio culturais.

Em ‘Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas’ de Curt Nimuendaju, com introdução Carlos de Araújo Moreira Neto (1982), é abordado o aspecto da etnohistória. A obra relata os impactos que ocorrem diante a colonização e a evangelização dos indígenas, embora muitos estudos façam constatações generalistas sobre esses povos, desprezando suas retomadas como forma de resistência ao processo da colonização. Sobre relatos de Curt Nimundaju, Carlos de Araújo Moreira Neto (1982) destaca:

“O dado é significativo para entender a natureza essencial das relações entre índios e brancos no passado recente e no presente do país. A ausência de reação da parte de pequenos grupos pacíficos frequentemente intensifica a violência do contato é contribui, no seu silêncio, para a impunidade dos agressores. Entre 1910 e 1912, Nimuendajú volta ao convívio dos Guarani e dos Kaingang de São Paulo. Data deste período a carta ao Dr. Hugo Gensch (Carta sobre a pacificação dos Coroados, 1912)” (MOEREIRA, 1982:14)

Em ‘Suma etnológica brasileira’ (1986), Dolores Neuton aponta sobre essas relações: “a etnohistória e a história, uma vez que os relatos indígenas, quase sempre são verbais, contrastam com os relatos escritos por europeus. Em outros lugares, como na América Central, a abundância de documentos históricos indígenas favorece a utilização do termo etnohistória apenas os escritos.” (RIBEIRO, 1986 p.16).

Deve-se, então, buscar contribuir com a valorização, divulgação e preservação dos conhecimentos indígenas, inclusive aqueles sobre a confecção de cestarias, que evidenciam saberes etnohistóricos de povos

culturalmente distintos. Dessa forma, permite-se pensar no conceito de historicidade, seja diante da experiência etnográfica, entendendo a história com suas marcas, ou diante dos modos operantes cognitivos que envolvem os cálculos mentais aplicados à cestaria.

Nas formas de compor a geometrização das marcas retas e curvas no processo de trançado verifica-se que existe um sistema repetido, visível nos documentos que trazem o contexto visual. Sergio Batista da Silva destaca que “o sistema de representações visuais Kaingang marcas que acentuam, nos rituais, o pertencimento de seus membros a uma das duas metades.” (SILVA. 2001 p.167-173)

Conforme autores do campo arqueológico, antropológico, etnográfico e etnólogo contribuem na descrição do contexto historiográfico dos Kaingang do século XVII, verifica-se como esses mantiveram sua comunicação autóctone, mesmo diante do contato interétnico.

No entanto, essa preservação apesar do contato nem sempre existiu: a forma diversificada desde o século XVII e XVIII ao contexto do presente correm por processo de trocas. Historicamente, essas trocas se deram por vias conflituosas, fazendo com que povos perdessem força e o domínio de seu território. Com o tempo, elas se transformaram em mecanismo de aliança, sendo uma forma de preservar o contato que marca a presença indígena aos olhos do colonizador a partir do século XVI.

No contexto econômico, os indígenas sempre foram explorados pelos colonizadores, que tiram os direitos do índio à terra. Eles buscam desprender os indígenas de seu habitat natural com o fim de explorar sua terra, mercadoria e o próprio indígena, que tem sua relação humana dos ocidentais desfigurada, uma vez que esses se elegem superiores, identificando-se por apelidos e estereótipos *Pinarés e Caágua*.

Somente em século sucessor os gentios, *Guaianá* ainda são referendados na forma genérica, sobre os tapuias que são antecessores guaranis, Indígenas rivais dos coroados (LIMA, 1842, p. 52) Os indígenas da região de Guarapuava, identificados pelo tipo de tosa feita no cabelo, além do nome pejorativo de *bugres*, Mota (1994)

O termo ‘selvagem’ é um exemplo do preconceito sob o olhar do outro. Ele era constantemente utilizado pelos Bandeirantes, que escravizavam os indígenas e chamavam-os de botocudos, um nome genérico. Com o passar do tempo, as nomenclaturas de categorias, como Caiapó, foram refinadas e a especificidade de cada tribo passa a ser evidenciada no século XIX, tornando os jê-meridional conhecidos como povo Kaingang. Essa transformação foi observada por Auguste de Saint-Hilaire, (1978, p. 23) em seus relatos sobre as escutas dos viajantes e cronistas e suas experiências de contato com os indígenas. No contexto pretérito, as características dos Kaingang estavam atreladas à sua relação com a terra e as águas (MABILDE, 1983 p.30-34).

Em 1858, Juan Baptiste Ambrosetti escreve seu relato sobre as aldeias de São Gerônimo e São Pedro de Acatara e descreve a presença do Frei Luis Cemitile na segunda missão em áreas pacificadas entre os montes e vales de *Tibagy e Yvahy*, local de intenso conflito sobre as práticas para guerra (AMBROSETTI 1895 p. 306-315).

O povo Kaingang pertence ao tronco macro jê-meridional do sul do Brasil e sobrevivia da caça e coleta, destacando-se na atualidade por sua cultura cesteira, fruto do trabalho aliado à espiritualidade e vinculado à sua ancestralidade e celebrações, como o rito de passagem da “festa dos mortos” (BALDUS, 1937 p.61-63).

Nesse contraste, se vê na crença cristã o “funcionamento social da memória dos mortos na época medieval” (SCHMITT, 1999 p.21). De acordo com Mota (1994), a exploração do Império apresenta, no século XVI, o inverno da perspectiva coletiva indígena, dando ênfase ao individualismo e ao acúmulo de capital, entre outros fatores. O sistema de colonialidade persiste na atualidade, por intermédio da permanência da exploração da mão de obra e da ‘expropriação dos territórios’ (MOTA, 1994 p.126).

Com essa perspectiva, fomos motivados a desenvolver a pesquisa especificamente nos sistemas de marcas dos Kaingang do Paraná- Brasil (PR).

Através do estudo da etnohistória da produção da cestaria, verificamos que, no processo de significações, há múltiplas categorias identitárias cosmogônicas de organização social. Entre identidade e cosmogonia percebe-se duas metades exogâmicas constituídas nessa relação de trocas. Essas significações são compreendidas na concepção de Veiga (1994 p.125; 2000 p.96) que inclui a subdivisão conhecida para os Kaingang como

*Kaiera* nas trocas matrimoniais que convergem na organização social.

O estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, principal ferramenta teórica da etnohistória. Segundo Noelli (2004), o processo migratório entendido como dispersão do macros-jê na composição do Jês<sup>2</sup> ocorreu devido a busca de fontes de proteínas e aos manejos do ambiente relacionados à ocupação territorial a medida em que os povos se expandiam geograficamente. Essa necessidade de busca de fontes impulsionou a mobilidade seminômade (VEIGA, 2000 p.37).

Muito desses vastos territórios são específicos das matas de araucária (*araucárias brasiliensis*). Nesses locais os povos realizavam suas coletas por provisões para seguirem viagens (AMBROSETTI, 1895 p.307).

Para Larroque (2000 p.46), os Kaingang foram descritos nos documentos históricos, mencionados pelos padres jesuítas Ruy Montoy e Dias Taños. Mota (1997) descreve os indígenas presentes a partir do século XVI como indígenas coletores, sendo o pinhão, fruto das araucárias [*araucária angustifolia*], sua principal fonte de alimento durante os meses de estiagem de inverno.

No estudo de Paola Andrade Gibram, ‘Política, Parentesco e outras Histórias Kaingang: uma etnografia em Penhkár’, é apontado, além do consumo de frutos silvestres, a coleta do mel, com o qual os indígenas faziam o *kiki*, bebida para o rito *kikikoi*. Na atividade etnoagrícola, as plantas fazem relação as metades clânicas: *kame* seriam as plantas dicotiledôneas e as plantas *kainru* para as dicotiledôneas. Há também as plantas cultivadas em ‘pequenas roças de milho [gã], feijão [rãgró], e abóbora [pehó]’. No estudo *Las índios Kaingang* (1895), é apontada a tradição antiga do povo Kaingang, que não impedia a intensa mobilidade do povo, sempre passando o local fixo (*emã*), de habitação e descanso, e nos campos transitórios, os *ware*, além de locais de conflitos (TOMMASINO 1995 p.160).

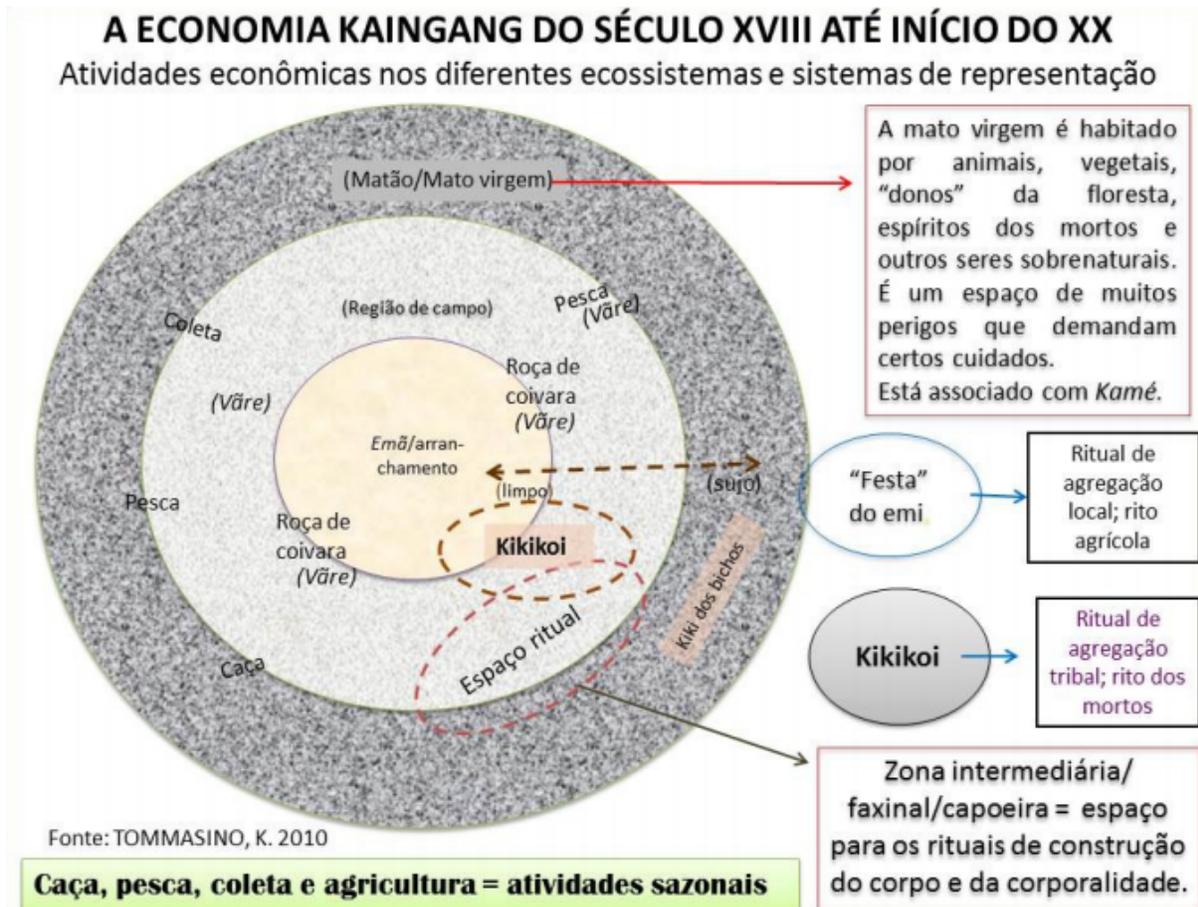
Segundo os relatos de Telêmaco Morosini Borba sobre a região de Castro e Guarapuava, os jê passam a ser descritos especificamente como “povo do mato”. Desse termo surge o etnônimo que deriva o termo *kanhgág*. Entre outras variações de dialetos e da atualidade, adotamos nesse estudo a variante Kaingang, oriunda do aspecto do fenótipo criado por “brancos” ao termo Coroado devido ao uso do corte de seus cabelos que se assemelhavam aos frades franciscanos.

A estrutura sócio-política da formação do povo Kaingang antecessoras sobre as variáveis etnônimias referiam-se a metades clânicas (Camés, Cayurucrés) e suas subdivisões, (Nhakfateitei, Votorões) (FERNANDES 2013:101).

Segundo estudo de Tommasino (2010), o processo de manejo das matérias primas compreende-se conforme o gráfico:

<sup>2</sup> A complexificação dos dualismos em sociedades indígenas já compõe antigo debate. Remete-se a Lévi-Strauss (2008 [1952]), ao demonstrar que a noção de diametralidade encobriria desigualdades estruturais nas organizações indígenas do Brasil Central (Jê-Bororo) onde o sistema de trocas não se apresentaria equilibrado, tal como naqueles regidos pela troca restrita. Centrando-se na noção de reciprocidade entre e intra-metades e nos sistemas terminológicos (os quais não reproduzem a divisão em metades, mas a recortam de forma desequilibrada), Lévi-Strauss demonstra que “por trás do dualismo e da aparentes simetria da estrutura social, vislumbra-se uma organização tripartite e assimétrica mais fundamental, para cujo funcionamento harmonioso a formulação dualista impõe dificuldades quicã insuperáveis” (p. 145). Em trabalho posterior (Lévi-Strauss, 2008 [1956]), o autor sugere que o dualismo e o triadismo são indissociáveis, sendo o dualismo concêntrico o mediador entre essas duas formas. Uma das formas que utiliza para demonstrar claramente a natureza ternária do dualismo concêntrico é remeter-se ao elemento exterior, circundante, que abre o sistema para além de si mesmo (ou seja, para além da simetria estrutural presente no sistema diametral, que, por sua vez, acaba criando a ilusão de um sistema fechado em si mesmo (NOELLI, 2004:167).

**Figura 1.** Aspectos da economia em relação a cosmologia Kaingang.



Fonte: Tommasino e Ledson (2014).

As relações nos períodos que antecedem a colonialidade são vinculações de fontes literárias de escritos com base nas crônicas encontradas sobre os Kaingang que abordam a relação de contato desde os padres e jesuítas (SCHIMITZ, 1999; CREPEAU, 1998). As Frentes Missionárias Jesuíticas são, em seus projetos de catequese no século XVII e XVIII, reduzidas e substituídas pela Ordem Capuchinas, que buscava o mesmo fim.

Em tempos distintos, marcados nos relatos do próprio Afonso Botelho Sampaio e Souza (1956, p.3) sobre os feitos nas expedições que compreende, observa-se o projeto de dominação na construção de discurso pela ordem religiosa – a catequese. Esse projeto também é verificado nas monarquias e no caminho das tropas de amparo às colonizações e aos projetos das frentes de entrada pelas bandeiras de exploração. Há então a guerra reconhecida como justa para ocupar as terras devolutas, com as frentes de expansão e conquista colonial em terras ocupadas pelos indígenas do sul do Brasil do século XVI ao século XVIII, frente à pioneira colonização do oeste do estado de São Paulo de 1850 a 1912.

Na tradução do aspecto étnico Kaingang, entre símbolos e oralidade, há a construção da grafia sobre o olhar do outro, codificado em palavras indígenas e convenções utilizadas pelos Kaingang na atualidade, conforme as regras presentes no dicionário bilíngue de Ursula Wiesemann (2002). A obra traz sugestões para novas alternativas de escrita, que não foram esgotadas e demonstram-se nos cinco dialetos dos espaços geográficos dos quatro estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, incluindo países que fazem fronteiras na região sul do Brasil.

O etnônimo Kaingang, cunhado por Telêmaco Borba em 1882 e confirmado por Frei Luiz de Cemitile, assim como por Affonso E. de Taunay, diferencia os Kaingang em sua forma gramatical (TAUNAY, 1931:84-7)

Frans Boas (2004) demonstra as armadilhas que foram impostas ao buscar traduzir sinais na através de um filtro que desprezou o que não poderia ser jamais uma história ocidental (pautada em registros escritos). Há a apropriação de saber e fazer para uma cultura de significados que destoa na sua materialidade, que são construções de interpretações das comunicações que desvinculam da cultura dominante. Historicamente, o contato entre culturas distintas se dá sob as prerrogativas de buscar desvendar e explorar formas de domínio sobre o outro e suas ferramentas de dominação funcionalistas, estruturalistas, pós-estruturalista e tantas outras que exercem o mesmo fim.<sup>3</sup>

Sobre o mito de origem dos Kaingang (BORBA, 1882; NIMUENDAJU, 1913) e de acordo com Nötzold (2006), o povo Kaingang se originou do buraco da terra, é por isso que tem a pele cor de terra. Nasceram dois grupos: bem de manhãzinha, quando o sol estava nascendo, a terra se abriu formando um buraco e nasceu um grupo, olharam e viram o arredondado do sol e deram ao grupo o nome de *Kainru*; a tarde, quando o sol estava se pondo, a terra tornou a se abrir formando outro buraco e nasceu outro grupo, que olharam e vira os raios do sol e deram o nome de *Kamé*.

Alphonse Booth Mabilde (1983) assegura a hipótese de que as marcas tem a função de comunicação interna, que atribui significados aos territórios e grupos locais estabelecidos na ancestralidade étnica. As observações são de relatos do período de 1845 a 1860.

Neste sentido, a história traz suas contribuições nos seus atributos que a tornam variável, operando universalmente na compreensão das sociedades. Os artefatos com extensores revelam percursos de acúmulo de experiência e evidenciam sinais da passagem do tempo em seu aspecto consensual.

Deve-se compreender as operações dos estudos de Sergio Batista da Silva (2001), que, através de sua busca pela etnoarqueologia dos grafismos Kaingang e por fontes documentais, revelou importantes aspectos dos elementos da visualidade Kaingang, dentre eles os grafismos que aparecem e compõem um rico repertório nas mais variadas formas e visualidade aplicadas. O mesmo também destaca caminhos para a compreensão de um sistema de comunicação a ser desvendado por meio do trançado em múltiplos suportes: cestaria, utensílios, armas e até mesmo na pintura do corpo.

Para Silva (2001), essa visualidade, ao aproximar-se do repertório de sinais gráficos, fica evidente nos trançados, que revelam formas que fazem conexões na cosmogonia Kaingang. Nessa composição dos elementos que se traduz em (*téi*) ou (*ror*) os nomes das marcas (*ra*) ou grafismos (*kong gâr*) que identificam, respectivamente, as metades dos Kamé e Kairú.

A cestaria serve de base que revela os elementos extensores de identificação da organização social dos Kaingang, na metade Kamé é representada na forma comprida, longa, alta, aberto, sem fim, denominadas téi; já a metade Kairú tem representação no grafismo redondo, quadrangular, lozangular, baixo e fechado, chamados de ror. (SUFIATTI & GLAVAM, (2013 p.72).

Por meio da etnohistória, ao identificarmos no repertório das marcas Kaingang os grafismos, percebe-se que eles se distinguem no aspecto da geometrização entre os padrões *téi* (riscado) e o *ror* (redondo). Eles permitem identificar a qual dualidade o grafismo pertence, pois tem fusão dos padrões *téi* e *ror* misturados, denominados de *ianhiá* (marca misturada) (Silva [2001, p.196]).

Sobre as marcas corporais na literatura, encontramos registros da análise dessa dualidade nos trabalhos de Cavalcante e Pagnossim (2007), que se estendem sobre a cestaria Kaingang.

A etnohistória da produção da cestaria é a construção de um longo caminho a ser trilhado, que utiliza em sua metodologia conexões com elementos das práticas culturais e também com os fragmentos da materialidade que demarcam uma origem e suas fronteiras diante dos recursos temporais. A interdisciplinaridade nos campos distintos da História traz o contexto das fronteiras em conjunturas analíticas e interpretativas no aspecto da etnologia, que verifica, por exemplo, as sociedades sem escrita, mas com sistemas de signos compreendidos na oralidade da crença, da cura e das alianças em princípios de sociabilidade.

<sup>3</sup> Radcliffe-Brown (1989:11) é Lévi-Strauss, C. (2008:27).

Ao abordar questões inerentes ao sistema de metades kamé e kainru e ao sistema de ‘marcas’ *ra rór e ra téj*, revela-se justamente uma mitologia indígena obsessiva em perseguir a diferenciação, o estado descontínuo, aquilo que torna possível o estabelecimento de um sistema de significações que são evidências nas cestarias. As cestarias persistem nas margens interpretativas que são os fatos históricos, com recurso de uma existência que comprova sua materialidade de ocupação de um determinado espaço e sua localização temporal.

Os estudos da etnohistória consistem na busca residual sobre os sinais gráficos como meio de comunicação dos povos autóctones das américas. O Decreto nº 1318 de 30/01/1854 regularizou a Lei de Terras de 1850, um aparato da justiça para legalização com base na regularização das posses de direito às áreas de conflitos por mais de três séculos. Muitas foram tomadas pelos "grileiros" e então investidas sobre as terras que foram reivindicadas de terras públicas ou devolutas (dos índios). "Serão reservadas terras devolutas para a colonização e aldeamento dos indígenas dos Distritos onde existirem hordas selvagens" (PINHEIRO 1992 p38).

A terra como mercadoria é uma prova de que a história não pode se furtar em revelar a violência das populações locais, que, pela campanha das frentes colonizadoras, se instalaram em áreas de conflito territorial, pertencentes legitimamente aos indígenas que tiveram que fugir de suas terras. A partir do discurso de pacificação e aliança, criaram-se áreas de reservas destinadas aos indígenas, mas melhores áreas foram incorporadas pela colonização.

O caminho das tropas buscava marcar os corredores do gado às margens das colônias e fazendas dentro dos territórios de presença Kaingang, sendo mais incisivo e sobressaindo aquelas comandadas pelo tenente Affonso Botelho de Sampaio nos campos de Guarapuava (localizados no atual estado do Paraná). Seus objetivos eram, como em outros contextos na mesma época, verificar a existência de ouro e as condições para a abertura de pastos para a criação de gado. No entanto, autores diversos (Mota 2004; Fernandes 2003; Tommasino, 1995) mostram que suas investidas fracassaram, uma vez que, ao perceberem as intenções dos bandeirantes em se apossar de suas terras, os indígenas passaram a confrontá-los incisivamente, até sua completa expulsão em 1774.

Com base na análise de diversas vertentes teóricas, procura-se analisar a importância que a história desempenha em cada tradição, bem como reconhecer o papel que a reflexão historiográfica assumiu na própria constituição e traduções interdisciplinares sobre os sinais gráficos aplicados na cultura cesteira. A partir do diálogo com a obra de Lévi-Strauss (2008) e Berta Ribeiro (1996), discorrem sobre a noção de tempo não apenas em comunicação distantes, mas também na sociedade ocidental.

As evidências encontradas nos documentos arqueológicos, esses sinais e formas visuais, às vezes arranjados em cenas narrativas ao lado de figuras de seres vivos, são documentos históricos importantes para a reconstituição de suas vidas. Os estudos de Silva (2001) sobre as [pictogramas](#) e [gravuras rupestres](#) que sobrevivem em sítios arqueológicos em todo o Brasil, por exemplo, dão amplo testemunho de mentes capazes de criar mensagens complexas, em que se mesclam plasticidade e significados.

Na etnohistória da produção da cestaria Kaingang verifica-se, na materialidade dos trançados, as marcas exogâmicas complementares, que trazem elementos na produção de objetos simbólicos que compunham grande parte do repertório visual nos trançados. Essa materialidade estava sob a influência de um saber fazer transmitido na oralidade, um conhecimento adquirido na experiência por meio da ancestralidade, e devia ser restrita a ocasiões ritualizadas.

O manejo das matérias primas e o domínio de técnicas apuradas (por exemplo, a produção dos adornos que fazem parte dos acessórios para o corpo, as penas das aves, a composição das cores e o perfil do animal que estão alinhados à personalidade do guerreiro) exercem função sociopolítica na comunidade. As penas vermelhas das [araras](#) são assentos de espíritos protetores, por isso usadas em adornos corpóreos, objetos e espaços: visível ao invisível dos ‘veinkuprin’ para os Kaingang (SILVA, 2002 p.194).

Entre os indígenas das Américas, a tintura do urucum ou urucuzeiro (Bixa orellana) e jenipapo (Genipa americana), Penú-va-pé (pèva-pè ou mrür-kusug), cipó-tinta, cipó cruz) Arrabidaea chica (Humb. & Bonpl.), Família Bignoniaceae, e até mesmo a mistura feita com tintas, com carvão e ceras, são muito utilizadas

na pintura corporal e expressão visual. Dessas matérias-primas, faz-se o uso das mesmas com arte, em sua maioria carregada com elementos gráficos de repertório e simbolismo, já que a constituição da planta é comparada à dos seres humanos.

Muitos povos e clãs desenvolveram uma série de padrões geométricos, transmitidos tradicionalmente em cestaria, cerâmica, pintura corporal e tecelagem, que se tornaram marca registrada de cada grupo, possuindo também significados e preservando conhecimentos das suas operações.

Portanto, a tradição sobre o modo do saber fazer, o manejo da matéria prima e sua transformação por meio de técnicas que atendam suas demandas e repertórios demarcam aspectos da identidade de um povo.

Os tipos de matérias-primas utilizadas na cestaria são principalmente taquara mansa (*Merostachys Multiramea Hack*), taquaruçu (*Chusquea gaudichaudii*), criciúma (*Arundinaria aristulata doell*) e cipó imbé (*Philodendrum sp*).

Na cestaria Kaingang, as taquaras recebem diferentes denominações: *vãnj hjathu* (conhecida no sul do Brasil como taquara mansa), *vãnj chjn* (taquara do tipo criciúma) ou *vãnj chá* (taquaruçu). As fibras de cada tipo de taquara possuem qualidades específicas, que se diferenciam em flexibilidade, resistência, coloração e dureza (OLIVEIRA; FERNANDES, 2014).

Para os Kaingang, a base que sustenta sua confecção da cestaria depende da matéria prima utilizada (taquaras ou cipós), sendo que os traçados e as técnicas utilizadas variam para atender as exigências do mercado, pois eles confeccionam de acordo com as encomendas das pessoas das comunidades vizinhas ou visitantes que passam por lá.

Juan Baptiste Ambrosetti relata a existência de marcas encontradas nos pinheirais, evidências da comunicação que demarcam o espaço geográfico. O manejo que estabelece conexão de significados sobre os desenhos delimita o local entre os grupos e entre as metades que formam os grupos que compõem o clã Kaingang. Esse clã, em sua complexidade, tem em sua composição as metades exogâmicas em divisões nas subseções Iantky-by (ligada aos Kamé) e Votor (ligada aos Kairú).

Há informações sobre os indígenas nos estudos antropológicos e nas historiografias de muitos etnólogos e linguistas em sua relação com pesquisa. Vale lembrar que as categorias de sua legitimidade e o discurso do qual as lacunas interpretativas têm argumentos respaldavam o domínio das culturas eurocêntricas e sua contaminação advinda das instituições financiadoras, pondo em dúvida a relevância das vozes que, por sua vez, foram silenciadas.

Convencionados, aos entendimentos de traduções para escrita e de muitas ainda em processo de construção de aliança bilateral, descolada de regras de descendência ou de trocas simétricas entre grupos exogâmicos.

Para Telmo Marcon, a história encontra-se em fragmentos diante da construção de silêncio por trás da dominação do colonizador sobre os Kaingang. Eles pereceram ao mecanismo de dominação, mas criaram um sistema de manutenção no seu aspecto de resistência sociocultural e religioso, atuando politicamente nas margens, em uma escala entre tática e estratégias sobre sua presença.

Continuaram perpetuando suas práticas entre ciclos de ascendências clânicas entre nascimento e morte que fazem parte de suas crenças ritos. De acordo com Marcon (1994 p.93):

“Os trabalhos que existem sobre o tema, além de informações fragmentadas, não destacam suficientemente [...] os interesses presentes neste processo. Uma das limitações da historiografia situa-se, portanto, na ausência de uma abordagem que destaque de forma mais profunda e explícita”.

Para os Kaingang, o processo de transformação e ressignificação consiste em um sistema de “marcas” a princípios de sociabilidade, como serão vistos os detentores das práticas cesteiras que serviram de produção no contexto de sociabilidade em duas vias: intercultural e econômica. Enquanto uma foi de reciprocidade e relação de subsistência de ressignificação de valores materiais, ambos foram constituídos historicamente na relação de interdependência.

Cada povo é culturalmente distinto: possui habilidades, técnicas e manejos nas formas de materializar as necessidades do dia a dia, possui em seus ritos significados que são manifestados na visualidade de suas

matérias primas em diferentes artefatos. Esses podem ser a cerâmica, a cestaria, os instrumentos musicais, os pequenos adornos, a arquitetura e toda a cultura material dos povos nativos, que estão carregados de princípios, objetivos, conhecimentos, história e valores e conversores de trocas.

As relações de troca ou mesmo fluxo de bens ocorrem nas relações sociais entre as tribos. Segundo o autor Shalin (1974 p.38), o *Kula* ou mesmo o *Potlach* (uma forma de conversão concepção cosmológica de sentidos estabelecida na matéria Polanyi) (POLANYI, 1980 p.79) destaca a relação de permuta nele contextualizada, sendo que o aspecto da materialidade passa a operar sentido.

“No contato desses sentidos, são revelados em significados um deles é o dinheiro, sendo de sentido abstrato e nessa conversão em moeda, objeto em equivalência as condições de fetiche à condição de mercadoria à barganha, o rateio, à troca justa, [...] atos de permuta, se o mesmo for utilizado para compra e venda”.

Nessa conversão de valor em significados étnicos, os sentidos dessa abstração que se referem à matéria. O valor de tradução de sentidos é ressignificado sobre o processo histórico. Para a cultura cesteira, esses valores são tributos de identidade, aplicados na produção da cestaria que passa ser considerada, no contexto indígena, resultante da dinâmica da interculturalidade, e dela consiste na mobilidade que ocorre a produção cesteira que passa a ser atrativa dessa conexão de sociabilidade histórica (SANTOS, 2018 p.68).

Os atributos podem ser identitários, estéticos, artísticos e de uso - o valor passa a ser procedimento de ressignificação de valores materiais. Atributos e valor, ambos servem para quantificar e identificar a ótica dos indígenas que vêm para a cidade com mais frequência e trazem conjuntos de materiais e símbolos como meio de troca de subsistência redefinidos da cultura cesteira. Essa, por sua vez, é marcada pela identidade étnica em processo de fricção identitária dos Kaingang na cidade, em uma relação interdependente ao sistema de capital. (SANTOS, 2018:20).

Os Kaingang, ao que tudo indica, buscam nesses contatos a possibilidade de ampliar “ganhos” para a reprodução social do seu grupo. Ainda que superficialmente, evidencia-se que são as diferentes visões de mundo e as experiências históricas de contato que determinam os comportamentos diversos destes grupos étnicos para a comercialização do seu artesanato.

Os artesãos costumam trazer cestos prontos, mas também trazem cestos para serem produzidos na cidade.

Para Oliveira (1976) e Mauss (1974), temos duas modalidades de troca: uma de reciprocidade, de transformações por aliança de mercadoria, dominação e interação, e outra interétnica; ambas ocorreram nos processos históricos (SANTOS, 2018:36).

No século XVII, as relações de contato no espaço de manejos dos indígenas dão sentido às trocas por metais de muita procura pelos indígenas; o dinheiro não é significativo nesse período. Passando a valer séculos depois, a produção de cestos torna-se extensora de contato, pois as restrições passam a interferir na sua subsistência imposta pelo processo colonizador, o que obrigando os indígenas das áreas demarcadas a fazer intervenções nas dificuldades no seu manejo tradicional, forçando alianças e novas formas de trabalho, buscando recursos obtidos nas vilas já que nos campos há escassez de alimentos.

No século XVIII, as terras passam por domínios que geram transformações e ganham sentidos no contexto presente de sobrevivência, que revela a marginalidade silenciosa na vitrine urbana. Todas as mazelas que vêm da zona rural são postas ao indígena. A vinda para a cidade é mais uma denúncia de que suas terras não possuem recursos para uma vida digna, fazendo-os buscar relações de trocas para minimizar suas necessidades.

Sobre o aspecto da Economia: doméstica, solidária, social e criativa ou economia da dádiva em economia de reciprocidade. A cultura Kaingang está relacionada aos sistemas econômicos abordados acima (economia doméstica, solidária, social e criativa); apesar de ela se aproximar no contexto da fricção nos espaços urbanos do sistema capitalista, ela desenvolve relações econômicas de troca. (SANTOS 2018, p.152).

A produção de cestaria é a fonte de trabalho do indígena e uma fonte de renda na relação de troca; para Marx (2013), os valores de uso e de troca são estabelecidos no campo da produção. O ser humano produz

vida material e marca sua subjetividade na relação e na função histórica. Ou seja, trata-se de um processo em que a ação humana controla as trocas materiais com a natureza.

Neste sentido, “o ser humano impõe sua vontade e transforma os recursos naturais em coisas úteis à vida” (MARX 2013 p.120). Ele ainda afirma que o intercâmbio é um elemento necessário e indispensável na vida humana (SANTOS 2018 p.46)

Lucia Fernanda Jófej Kaingang explica em ‘O Conhecimento Tradicional e os Povos Indígenas’ (2004 p.8) que:

“As Sociedades Indígenas brasileiras, originariamente, não possuíam escrita (atualmente algumas línguas foram grafadas, de modo geral, por linguistas estrangeiros), embora não sejam ágrafas como se tem afirmado, inadvertidamente, pois apresentam uma ampla diversidade de grafismos com significados compreendidos pelos membros de cada Povo.”

Nas perspectivas sobre etnoconhecimento, busca-se construir uma etnohistória sobre a produção da cestaria Kaingang e desse estudo pude criar uma trajetória que possibilitou a pesquisa científica seguindo o código epistêmico, uma ferramenta segura para investigar e estabelecer pontes com minha ancestralidade. Esse processo iniciou-se em 1990, quando comecei a me identificar com os povos indígenas, pelo meu fenótipo.

Com as pesquisas na pós-graduação pude investigar os aspectos históricos que me aproximam da minha ancestralidade, revelando a resistência de rastros identitários para compreender as rupturas e silenciamentos que houveram no passado entre muitas famílias que foram dispersas, como por exemplo a minha família por parte de mãe. Localizei quatro gerações com indícios de pertencimento a grupos indígenas na região entre fronteira do Paraná e Santa Catarina.

Os indígenas foram os mais afetados no que se deriva da colonialidade, principalmente na sua condição de grupos que foram dispersos de seu território. Compreendendo-se como grupos aldeados, muitos foram para a cidade, e lá muitos tiveram que se estabelecer no contexto urbano (Santos, 2018), reconfigurando suas identidades em táticas e estratégias para resistir na nova categoria de índio urbano, com a qual vejo minha aproximação.

Nesse sentido, espero inverter os vetores do sistema antropofágico de exploração capitalista, buscando estratégias por meio do conhecimento científico: continuar a existir mesmo nas brechas, trazendo os sinais que nutrem as práticas antigas e ressignificando esse tempo com uma cultura diferenciada.

São observados os aspectos específicos históricos: como os Kaingang se organizam na atualidade, a permanência de seu modo de produção e sua dinâmica de pensar o tempo na sua mobilidade conforme suas demandas, que visa reverter em ‘recursos para pagamento de dívida em mercados e armazéns, além de pagamento de prestações de compras de roupas e eletrodomésticos, entre outras demandas’. (SANTOS, 2018 p.164).

Uma construção de permanência de lugares e reinterpretação dos fluxos simbólicos que demarcam o espaço e memória, em virtude dos novos contextos históricos de identidade e de pertencimento contemporâneo nessa dinâmica de produção de significados.

## 1. Referências

- ADOVÁSIO, J. M. (1977). *Basketry Technology – A guide to identification and analysis*. Aldine Manuals on Archeology. Chicago: Aldine Publishing Co. Inc.
- AMBROSETTI, Juan B.M. (1895). Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones), con un vocabulario. Buenos Aires: Revista del Jardín Zoológico de Buenos Aires, tomo II, ent. 10, p. 305-387.
- BALDUS, H. (1937). *Ensaio de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional.
- BORBA, T. M. (1908). *Atualidade Indígena (Paraná, Brazil)*. Curitiba: Imprensa Paranaense.
- BORBA, T. M. (1904). Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. *Revista do Museu Paulista, São Paulo, Typographia do Diário Oficial*, VI.
- CAVALCANTE, A. B. L., & PAGNOSSIM, C. M. C. (2007). Estudo da sintaxe da linguagem visual na cestaria Kaingang. *4º congresso Internacional em Design*. Rio de Janeiro, outubro.
- FERNANDES, R. C. (2003). *Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica*. São Paulo: USP. (Tese de doutorado).
- FERNANDES, R. C. (2004). Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo Kaingang. In: Kimiye Tommasino; Lucio Tadeu Mota; Francisco Silva Noelli. (Orgs.), *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang* (p. 83-143). Londrina: Eduel.
- BOAS, F. (2004) História e ciência em antropologia” [1936], in idem. *Antropologia cultural* (Rio de Janeiro: Zahar,
- FERNANDES, Ricardo Cid. (2004). Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da bacia do Tibagi. In: Kimiye Tommasino; Lucio Tadeu Mota; Francisco Silva Noelli. (Org.). *Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang*. 01 ed. Londrina: EDUEL, v. 01,145-197
- FERNANDES, R. C. (2013). *Os ritos de passagem*. (Tradução de Mariano Ferreira, apresentação de Roberto da Matta). Petrópolis: Editora Vozes.
- GELL, A. (1992). *The anthropology of time. Cultural construction of temporal maps and images*. Oxford/ Providence: Berg Oxford/Providence.
- KAINGNANG, L. F. J. (Org) (2006) *A proteção legal do Patrimônio cultural dos Povos indígenas no Brasil Brasília*. Mec.
- LAROQUE, L. F. S. (2000). *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)*. São Leopoldo: Instituto Anchieta.
- LIMA, Francisco das Chagas. (1842) Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo IV, nº13. Rio de Janeiro, tipografia de João Ignácio da Silva, p. 41-67.
- LÉVI-STRAUSS, C. (2008). *O pensamento selvagem*. Campinas: Papyrus Editora.
- MANIZER, H. (2006 [1930]). *Os Kaingang de São Paulo*. Campinas: Editora Kurt Nimuendajú.
- MASON, O. T. (1976). *Aboriginal American Indian Basketry*. Studies in a textile art without machinery. Peregrine Smith Inc, Santa Barbara, 548 p. (1ª edição: 1904).
- MABILDE, P. F. A. B. (1983 [1836-1866]). *Apontamentos sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA/ Instituto nacional do Livro.
- MAUSS, Marcel. (1974). *Ensaio sobre a dádiva*. In: Sociologia e antropologia. São Paulo/SP: Edusp.
- MARCON, T. (1994). Dados atuais sobre as reservas no Rio Grande do Sul. Em T. MARCO (Coord.). *História e Cultura Kaingáng no Sul do Brasil* (pp. 271-278). Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo.
- MARX, K. (2013). *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. (tradução de Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo.
- MOTA, L. T. (1994). *As Guerras dos Índios Kaingang*. Maringá: Eduem.
- MOTA, L. T. (2004). A denominação Kaingang na literatura antropológica, histórica e lingüística. Em K. TOMMASINO, L. T. MOTA, & F. S. NOELLI (Orgs.) *Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares*

dos Kaingang. Londrina: Ed. da UEL.

MOREIRA, C. A. (1982). Nimuendajú, Curt, 1883-1945. Textos Indigenistas: Relatórios, Monografias, Cartas / Curt. São Paulo: Ed. Loyola.

NIMUENDAJÚ, C. (1993). *Etnografia e Indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

NOELLI, F. S. (2004). O mapa arqueológico dos povos jê no sul do Brasil. Em K. TOMMASINO, L. T. MOTA, & F. S. NOELLI, F.S. (Orgs.) *Novas Contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Ed. da UEL.

NÖTZOLD, A.L.V. (2006). *Owir Memória, Contar Histórias: Mitos e Lendas Kaingáng*. Santa Maria: Pallotti.

OLIVEIRA, Juliana Terezinha de Oliveira; FERNANDES Marcos Roberto, (2014). O Artesanato Kaingang Na T.I. Xapecó. (Trabalho de Conclusão de Curso) -Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis.

PINHEIRO, Niminon Suzel, (1992). Os Nômades: Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912/Niminon Suzel Pinheiro, Assis. 335 p.: il.

POLANYI, K. (1980). *A grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. (1989). *Estrutura e função nas sociedades primitivas*. Lisboa: Edições 70.

RIBEIRO, D. (Ed.), RIBEIRO, B. G. (Coord). (1986). *Suma Etnológica Brasileira Edição atualizada do Handbook of South American Indians*. v. 1: Etnobiologia, p. 0-7. Petrópolis: Vozes, Finep.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, (1978) . *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. São Paulo: Editora da USP.

SANTOS, T. (2018). *Arte, identidade e transformações na cestaria Kaingang da Terra Indígena Ivaí, no contexto de fricção interétnica*. Maringá: UEM (Dissertação de mestrado)

SAHLINS, Marshall. (1974). *Sociedade Tribal*. Rio de Janeiro: J. Zahar.

SILVA, S. B. (2001). *Etnoarqueologia dos grafismos "Kaingang": um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. São Paulo: FFLCH/USP (Tese de Doutorado).

SILVA, S. B. (2002). Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. *Horizontes Antropológicos*, n. 18, p. 189-209.

SOUZA, Afonso Botelho de S. (1956). Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua Majestade. *Anais da Biblioteca Nacional*, V. 76. Rio de Janeiro, Divisão de publicações, p. 200-260,

SUFIATTI, T., Dos Santos Bernardi, L.; GLAVAM Duarte, C. (2013). Cestaria e a história de vida dos artesãos indígenas da Terra Indígena Xapecó. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, v.6, 67-98.

TAUNAY, V. (1931). *Entre os Nossos Índios*. São Paulo: Melhoramentos.

TOMMASINO, K. (1995). *A História dos Kaingáng da bacia do Tibagi: Uma sociedade Jê Meridional em movimento*. São Paulo: Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Tese de doutorado).

TOMMASINO, K. (2010). *Oficina de Antropologia Econômica: Dinâmica histórica da economia Kaingang – século XIX-XXI*. Londrina, 19 de novembro.

TOMMASINO, K., & LEDSON, A. (2014). *Territórios e Territorialidades Kaingang: A Reinvenção dos Espaços e das Formas de Sobrevivência Após a Conquista*. *Mediação- Revista de Ciências Sociais*. Dossiê - Estudos sobre sociedades Jê (Kaingang e Xokleng no sul do Brasil, em perspectiva v. 19, n. 2 p.18-42 Londrina:UEL.

TRIGGER, B. G. (1982b). Etnohistoria: problemas e perspectivas. *Traduciones y Comentarios*. rad. C. T. Michieli. San Juan, v. 1, 27-55.

VEIGA, J. (1992). Kaingang: Revisão Bibliográfica Crítica sobre Organização Social. *Cadernos do CEOM*, Cadernos do CEOM, Cadernos do CEOM, ano 6, N° 8. Chapecó: UNOESC.

Veiga, J. (1994). Organização social e cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade jê meridional. *Dissertação de Mestrado*, Universidade Estadual de Campinas,

Campinas, SP.

VEIGA, J. (2000). *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Campinas: PPGAS/Unicamp. (Tese de doutorado).

WIESEMANN, U. (2002). *Kaingang-Português - Dicionário Bilíngüe*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança.